

UM TSUNAMI DE LAMA NOS FEZ ACORDAR

Rompimento da Barragem de Fundão:
Responsabilidades, consequências e perspectivas



Para aquecer a conversa:

Reúna as pessoas de sua comunidade e faça com elas uma Linha do Tempo com fotos, folhetos e notícias da tragédia causada pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Faça uma linha de FATOS, uma linha de LUTAS e aliados, uma linha de conquistas e uma linha de desafios.

Peça para as pessoas escreverem votos com os DESAFIOS. E também, olhando a lista no JORNAL, apoiarem as propostas que consideram mais importantes.

ROMPIMENTOS. Nascimentos.

“Antes eu pescava, nadava, sustentava minha família. Agora não tem nada que eu possa fazer. Só comer o que a Renova me dá e ficar à toa” (Atingido).

“Antes era um vilarejo pacato. Fomos engolidos por um tsunami de lama e tivemos que acordar. Depois da tragédia, a gente teve que se preocupar em conhecer leis, direitos” (Rosa, pescadora de Povoação).

Os partos e as mortes são rompimentos. Às vezes uma vida nova pode nascer. O duro é enfrentar as dores ou o escuro da terra, quando a semente apodrece para surgir nova vida.

DORES. Rompimentos. A lama se espalhou, levando escuridão para a água e a vida ao longo de todo o Rio Doce. O pescador nas ilhas e margens, no rio e no mar, a água da criança na escola, as doenças de pele, o alcoolismo, a depressão, a prostituição. Trocar peixe fresco por carne enlatada, comer coisas que nunca se viu. Abandonar a profissão e o conhecimento ancestral. As fabricas, lojas, empregos que se fecharam.

O que são impactos: Impactos são apenas econômicos? Calculados pelo “lucro cessante”? Como fica não nadar mais no rio? Triste e deprimido de não poder mais trabalhar, não usar mais as redes? Tudo o que eu sabia, que meus avós ensinaram? Não sei mais nada, o que eu sei não vale nada neste “novo mundo”? Água, saúde, trabalho, impactos nos modos de vida. A primeira onda foi a falta de água, depois o desemprego, as doenças. **Que outras ondas virão?**

O que é ser atingido: ser atingido é uma condição que se constrói a cada dia. A gente não é atingido, mas se torna atingido, na medida em que se torna consciente dos impactos e perdas. É uma **longa construção**, quando vamos **nos dando conta dos efeitos** da tragédia. Há quem queira reduzi-la a algumas cestas básicas, quem queira negociar direitos. Como as empresas e o poder público assumem ou negam suas responsabilidades? Como os atingidos vêm se organizando, lutando e conquistando aliados para reconquistar seus direitos?

A luta tem feito surgir novos atingidos a cada dia. **Atingido é aquele que luta, que não vende nem troca seus direitos.**

NASCIMENTOS. Sementes. Partos dolorosos. Um tsunami de lama nos fez **acordar**.

Um **movimento** vigoroso vem surgindo desde os primeiros dias, semanas, meses, anos. Quem entrou na luta? A diocese de Colatina, os sindicatos, os Centros de Direitos Humanos, o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD). As associações de pescadores e de moradores. As comissões de atingidos. O MAB.

Os **vínculos e alianças** com muitos atores. Os promotores, o MP, os defensores, a DP. A OAB, os agentes de Saúde. Conselhos. Comitês de Bacia.

Como a sociedade Capixaba renasceu para socorrer esta tragédia? As ações e estratégias de luta. As grandes audiências públicas com o MP. O reconhecimento de novos atingidos. Os camaroeiros de Vitória fecham os trilhos da ferrovia. A conquista de novos espaços e possibilidades de participação através do TAC governança.

Nesta primeira capacitação vamos repensar este tsunami, suas dores e os nascimentos que provocou. Como ele nos acordou e nos desafia a ampliar nossa luta por uma **reparação integral**.

Responsabilidades

Como se definem as responsabilidades em um desastre? Quando um desastre é crime?

As Empresas Samarco, Vale e BHP Billiton são responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão e todas as suas consequências, que perduram e vão sendo mais perceptíveis a cada dia. Também são responsáveis o Estado brasileiro e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, juntamente com os órgãos encarregados da regulação de atividades empresariais e garantia dos direitos socioambientais dos cidadãos.

São responsabilidades diferentes. As empresas são responsáveis pelos danos produzidos ao meio ambiente e à população enquanto seguem interesses privados e de mercado. O poder público tem a obrigação de proteger o meio ambiente e a população, especialmente quando houver conflito entre interesses privados, bens públicos e direitos dos cidadãos. Por isso são necessárias permissões para explorar minérios. Há órgãos e normas públicas para a licitação, permissão e controle sobre as empresas e suas atividades. Há leis para evitar e limitar os riscos da mineração ao ambiente e à população.

Existem desastres originados na natureza, imprevisíveis. Existem desastres tecnológicos, causados por negligência ou escolhas de tecnologias, com consequências previsíveis. Estes podem ser criminosos, pois envolvem escolhas humanas. No caso das empresas, quando as escolhas desconsideram normas de segurança para garantir o lucro. No caso do Estado, quando permissões de exploração são indevidamente concedidas e quando a fiscalização não faz respeitar as normas de segurança.

Assim, quando, em 5/11/2015 houve o **rompimento da Barragem de Fundão**, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG, gerando gravíssimas consequências sociais e ambientais, as comunidades locais e a sociedade civil passaram a se mobilizar para apurar responsabilidades. Em 20/11 a lama tóxica já chegava ao mar, em Linhares/ES.

Com a mobilização social, a partir de dezembro de 2015, várias Ações Cíveis Públicas (ACPs) foram ajuizadas por órgãos públicos como a União Federal, o Ibama, o ICMBio, os estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES) e outros órgãos, contra as empresas responsáveis pelo rompimento da Barragem.

O que são os acordos ou TACs

Os TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) são acordos realizados durante os processos das ACPs, durante as negociações ocorridas entre as partes acusadoras (órgãos públicos) e as partes acusadas ou **rés**¹ (as empresas). Eles foram assinados, por enquanto, por algumas das partes envolvidas.

Os interesses e direitos envolvidos são diversos e conflitantes. Além dos interesses das empresas, e suas estratégias para viabilizá-los, temos os interesses e estratégias do Ibama, do governo Federal, dos governos estaduais e municipais – estes interessados em recuperar os impostos pagos por empresas que, em muitos casos, são o seu principal motor econômico.

E temos os interesses, os direitos e as estratégias dos atingidos. Há diferença entre interesses imediatos e direitos. Pode-se abrir mão de direitos em função da urgência de comer? Sobreviver é necessário. Mas, queremos, deixar de nadar, de pescar, deixar nossa cultura?

A sociedade civil, especialmente o Fórum Capixaba de Entidades em Defesa do Rio Doce (FCRD) e o MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) não par-

¹ Rés é o plural de ré, que é o feminino de réu. Réu é aquele que sofre uma acusação formal. O feminino é ré, e o seu plural é rés.

ticipou e por isso não aprovou os acordos. Para lutar contra eles construiu alianças, especialmente com o Ministério Público (MP), desenvolvendo conjuntamente debates e ações estratégicas.

Os TACs são acordos extrajudiciais: são como cheques, em que o “devedor” tem uma dívida impagável, e propõe um preço que “pode pagar”; e a outra parte diz o quanto aceita receber, para não processar o devedor. Os atingidos devem definir de quanto será o “cheque” aceitável, para que se garantam ao máximo os seus direitos. Para uma **reparação integral** dos danos causados ao seu ambiente, à sua saúde, ao seu trabalho e aos seus modos de vida.

Os TACs: TTAC, TAP, Termo Aditivo ao TAP e TAC governança.

Quais são os TACs assinados até hoje, quais os pontos centrais de cada um e as diferenças entre eles?

2016 (2/3) – TTAC – Dentro do processo de negociação das ACPs foi assinado o TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta) pela União, os governos do Espírito Santo e Minas Gerais e as empresas. Nele foram criados a Fundação Renova, o Comitê Interfederativo (CIF) e as Câmaras Técnicas (CT). No entanto muitas organizações das pessoas atingidas questionaram este acordo e recorreram ao Ministério Público (MP), que não assinou o TTAC.

2017 (18/1) – TAP – Ainda dentro do processo de negociação das ACPs e do TTAC, foi firmado um Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), assinado pelo Ministério Público Federal (MPF) e as 3 empresas. Ele definiu os recursos financeiros que as empresas devem destinar à reparação dos danos causados, num total de R\$ 2,2 bilhões.

2017. (16/1) – Termo Aditivo ao TAP. Ampliou-se uma coalizão de defesa dos atingidos incluindo o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos. O TAP aponta a questão da transparência, da participação e das Assessorias Técnicas aos atingidos.

2018. (25/6). TAC governança – O movimento social ampliou a coalizão de apoiadores, juntando-se o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) ao MPF e MPMG, a Defensoria Pública da União (DPU), de Minas Gerais (DPMG) e do Espírito Santo (DPES).

Este TAC foi assinado pela União (e órgãos ambientais como Ibama e ICMBio), os estados de MG e ES (e órgãos ambientais), pelas empresas rés e pela Renova. Ele se

foca na revisão da estrutura de governança, ampliando a participação das pessoas atingidas. Nota-se assim que no processo de negociação, progressivamente foi-se ampliando o número de atores envolvidos.

O TAC governança

O TAC governança é um acordo dentro do TTAC, TAP e Termo Aditivo, que continuam válidos onde não forem modificados pelo mesmo.

Diversos atores sociais como o Fórum Capixaba (FCRD) e o MAB apontam que este acordo é fruto das lutas dos movimentos sociais em articulação com as Defensorias Públicas e Ministério Público. É resultado da construção desta aliança e de formas de luta articuladas com os aliados, como as Audiências Públicas realizadas nas regiões. Ele é resultado da luta continuada dos atingidos para terem seus direitos garantidos.

No entanto, o **Fórum e o MAB denunciam** a falta de participação dos atingidos de toda a Bacia do Rio Doce em cada uma das fases do processo, pois na construção do acordo não houve a sua participação ativa. Denunciam a participação minoritária dos atingidos, a sua “sub-representação” nas instâncias de governança da Renova.

Por outro lado reconhecem que ele também representa avanços, destacando a participação dos atingidos em instâncias como as Comissões Locais, Fórum de Observadores, Câmaras Regionais, Câmaras Técnicas e Conselho Consultivo do CIF.

O TAC governança **cria** espaços organizativos reconhecidos institucionalmente como as Comissões Locais, Câmaras Regionais (cap. VI), Articulação das Câmaras regionais, e as Assessorias Técnicas.

Incorpora os atingidos em espaços **deliberativos** de negociação e gestão da Renova, como o Conselho de Curadores (2 atingidos num total de 9) e CIF (3 em 16), e **consultivos**, como o Conselho Consultivo (7 em 19), Câmaras Técnicas, Fórum de Observadores (todos são da sociedade civil) (cap. V). Também prevê reuniões mensais de esclarecimento com a Renova (cláusula 49ª).

Este TAC **destina recursos da Renova** para esta participação. O “Orçamento atingidos” (cláusula 62ª) destina valores que devem ser suficientes para viabilizar a instalação, o funcionamento e o desempenho regular dos espaços participativos. Inclui local, estrutura, viagem, alimentação e hospedagem dos atingidos nas reuniões (64ª). Também define **maior acesso à informação** como os Relatórios semestrais da auditoria (XII/53ª/4ª)². **Limita poderes** da Renova definindo critérios para seus Curadores,

2 O número em romano é o capítulo, e depois vem a cláusula e depois o parágrafo.

Diretores, adequação estatutária (52ª) e Auditoria externa (X/53ª). E promove um **processo de repactuação** que abre a possibilidade de “passar a limpo” todas as decisões acerca dos Programas (Cap. XIV).

Desafios

O que fazer diante destas novas possibilidades, mas diante de adversários que têm se mostrado tão poderosos?

Caso este **TAC governança** seja homologado pela Justiça, inúmeros novos desafios estarão colocados. Ele define legalmente novas possibilidades para os atingidos influírem no processo de reparação. Mas sabemos que concretizá-las será nova luta, a cada milímetro. Exemplos:

Assessorias Técnicas: escolher entidades de confiança dos atingidos.

Informações: o acesso a informações será muito ampliado, o que coloca o desafio de obter, conhecer e entender documentos.

Negociação: o desafio da relação com partes aliadas e adversárias. Com técnicos de governos, do Sistema de Justiça (MP e DP), de universidades, de câmaras técnicas, das assessorias técnicas.

Tempo, deslocamentos: afastamento do cotidiano familiar e comunitário.

Envolvimento das Comunidades: formar e consolidar as Comissões Locais.

Além dos desafios para a participação, resta ainda o principal deles: conseguir a responsabilização plena e a **reparação integral** dos danos causados ao ambiente, saúde, trabalho e aos modos de vida de todas as pessoas atingidas.

Organização e lutas

Após o rompimento da Barragem de Fundão, a lama atravessou a calha do rio Doce e as comunidades, associações, sindicatos e muitas outras instituições começaram a se mobilizar no Espírito Santo, em Minas Gerais e também em todo o país. As motivações foram muitas, desde o sentimento de injustiça pela destruição ambiental, pelas perdas humanas, materiais, culturais e simbólicas. A sociedade acordou para as lutas pelo reconhecimento e reparação dos seus direitos e pela restauração dos seus modos de vida.

Mobilizaram-se os grupos que já lutavam e novos grupos se formaram. Muita gente se juntou para pressionar o poder público e as empresas para conquistar o reconhecimento dos atingidos e a reparação dos danos.

Quem já estava na luta?

Já havia muita gente organizada na sociedade civil do Espírito Santo. Havia diversas associações - de pescadores, moradores, artesãos, culturais, esportivas; movimentos sociais como o MST - Movimento dos Sem Terra, o MPA - dos Pequenos Agricultores, movimento de direitos humanos e ambientalistas. Também havia sindicatos - de produtores rurais, bancários, comerciários e outros e associações religiosas como a Comissão de Justiça e Paz, a Cáritas e as pastorais.

Também havia formas institucionalizadas de participação como comitês de bacias hidrográficas e conselhos e conferências de políticas setoriais como Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente.

E quem se organizou desde então?

O rompimento da barragem e suas consequências provocaram o surgimento de Fóruns da sociedade civil como o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD), o Fórum SOS Colatina, Fórum Foz Norte, Fórum Foz Sul. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) passou a atuar no território capixaba organizando Comissões de Atingidos nas comunidades.

Surgiram também muitos coletivos de ativistas e novas formas de mobilização, inclusive nas redes digitais, como a Wiki Rio Doce.

Os movimentos da sociedade local se articularam com vários apoiadores como as ONGs Justiça Global e Conectas Direitos Humanos.

Como foram as lutas?

A mobilização das associações, movimentos sociais e organizações apoiadoras se iniciou com o percurso da lama pela calha do rio Doce até a chegada na sua foz. Protestos públicos marcaram aquele novembro de 2015 com dezenas de episódios noticiados pela mídia.

Os índios Krenak bloquearam a ferrovia Vitória-Minas após a chegada da lama em Resplendor (MG). No Espírito Santo, atores coletivos, ativistas e movimentos ambientalistas realizaram o resgate de peixes do rio Doce, na “Operação Arca de Noé”, em cidades na rota da lama (Colatina e Linhares). Houve as expedições ao rio Doce, as dramatizações da tragédia em ações performáticas de coletivos e ativistas, marchas,

caminhadas, passeatas e carreatas, bloqueios, barricadas e ocupações de ferrovias, rodovias e pontes, seja nos municípios sede da Vale do Rio Doce e dos governos Estaduais, seja nos municípios capixabas diretamente atingidos.

O ativismo digital no Facebook e Twitter marcou o momento, com a construção de redes de solidariedade em campanhas de abastecimento e de redes de contestação às empresas e governos responsabilizados pelo desastre.

A luta institucional

Com a mobilização social, a partir de dezembro de 2015, várias Ações Cíveis Públicas (ACPs) foram ajuizadas por órgãos públicos de defesa dos direitos cidadãos, sociais e ambientais como a União Federal, o Ibama, o ICMBio, os estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES) e outros órgãos, contra as empresas responsáveis pelo rompimento da Barragem.

Dentro das negociações destas ACPs foram surgindo acordos que se chamam Termos de Ajustamento de Conduta (**TACs**³). As pessoas atingidas e suas organizações não participaram destes acordos, protestaram e recorreram aos seus defensores e aliados no Estado.

Construíram assim alianças com partes do Estado que se somam à luta pela garantia das reparações, inicialmente a Defensoria Pública Estadual (DPE) do Espírito Santo e o Ministério Público Federal (MPF).

Assim uma nova forma de luta se consolidou: as **Audiências Públicas** se tornaram espaço importante para negociações com o poder público e também para articulação dos atores. Embora com seus limites, as Audiências foram espaços importantes para a conquista de novos avanços nos acordos, o que se expressa pelo **TAC governança**, conquista de novos espaços e formas de participação.

A gente não é atingido, mas se torna atingido, na medida em que se torna consciente dos impactos e perdas.

A consciência e a identidade de atingido é uma **longa construção**, quando vamos **nos dando conta dos efeitos** da tragédia. A formação de grupos de base se constituiu numa estratégia de organização popular, que se concretizou na criação de fóruns locais, comissões de atingidos, grupos de trabalho e comitês. Exemplos importantes são os casos de moradores da Foz Norte, em São Mateus, e dos camaroeiros de Vitória, que conquistaram o seu reconhecimento como atingidos em 2018. Em 13/3 deste ano, os camaroeiros fecharam os trilhos da ferrovia para conseguir seu reconhecimento.

3 Veja no texto anterior a história do TTAC, o TAP, o Aditivo ao TAP e o TAC governança.

O Fórum Capixaba (FCRD), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Direitos Humanos (MDH) desempenham uma função importante no fomento às organizações locais. Estão juntos nessa luta, dia a dia, lado a lado.

Vemos assim que a luta acontece dentro e fora dos caminhos institucionais. As formas mais adequadas são escolhidas e articuladas pelo movimento em cada momento, sendo importante avaliar os limites e possibilidades de cada forma de luta.

ComRioComMar Opinião Popular: envolvendo a comunidade

O rompimento da Barragem de Fundão e todas as suas consequências vêm gerando muita mobilização popular e fortalecimento de movimentos, lideranças e redes com atores sociais e institucionais que lutam pela recuperação da bacia do Rio Doce, e pela recriação das condições e formas de vida de todas as pessoas e outros seres vivos atingidos.

A **Rede de pesquisadores ComRioComMar**, enraizada em um grupo importante de Universidades, vem se somar a estes esforços, produzindo informações científicas sobre as mudanças na sociedade civil, Estado e políticas públicas em decorrência do ocorrido.

ComRioComMar Opinião Popular é uma forma de disseminar estas informações e envolver mais pessoas, contribuindo com a qualificação das lideranças e com a ampliação da mobilização popular. É uma metodologia que permite que muitas pessoas participem, apresentando suas propostas de soluções para os problemas gerados a partir do ocorrido no rio Doce.

Esta metodologia envolve a realização de muitos debates em muitas comunidades, com o apoio de um Jornal trimestral. Os debates vão gerar a construção coletiva de sugestões quanto aos problemas, soluções e meios para alcançá-las. Esta participação deverá produzir informações substancialmente relevantes para que as autoridades competentes ampliem as ações efetivas para a recuperação e melhoria da qualidade de vida do meio ambiente e das pessoas.

ComRioComMar Opinião Popular é um processo de capacitação e de debates seguidos da votação com cédulas, onde você escreve sua sugestão e a coloca numa urna. A cédula também permite apoiar e votar em sugestões que já foram apresentadas por outras pessoas.

As cédulas serão depositadas em urnas e **mensalmente haverá uma totalização** e uma listagem que informará quais são as **propostas mais votadas**. As listas vão mudar durante o processo e você pode apresentar e apoiar novas propostas.

Você poderá ser uma liderança multiplicadora deste processo. Para isto irá receber um kit com urna, jornais, e cédulas para a votação. Você deverá escolher um ponto para deixar uma urna fixa, com um mural contendo o Jornal trimestral e as totalizações mensais. Este ponto poderá ser uma associação comunitária, igreja, escola, posto de saúde ou até mesmo um bar ou mercado de um conhecido. O único critério é que seja aberto para as pessoas votarem e que alguém cuide da urna e das cédulas.

Você pode levar a urna e as cédulas a todas as reuniões comunitárias e promover votações com seus participantes.

Reúna colegas e amigos para apresentar e apoiar as propostas do seu interesse, apontando as prioridades de sua comunidade.

No final do processo os resultados serão levados às autoridades para que sua opinião seja considerada.

Nos próximos 3 meses faremos uma experiência piloto em 2 regiões, ou pontos de mobilização. Uma liderança multiplicadora será a responsável por este ponto com suas urnas, jornais, murais, cédulas e votações. Esta liderança regional poderá contar com o apoio de outras lideranças locais que poderão levar a urna e cédulas às diversas reuniões comunitárias. Ao final do mês as urnas deverão ser entregues à liderança responsável e, com a ajuda de um extensionista da UFES, farão a abertura das urnas, a contagem dos votos e a produção das listagens de propostas mais votadas a ser afixadas no mural deste ponto de mobilização.

Ao final do trimestre faremos a **totalização dos 3 meses**, uma avaliação do processo piloto e a definição de novos pontos de mobilização.

Para saber mais

Você pode saber mais sobre a tragédia e as lutas causadas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em:

Sites

WikiRioDoce: <http://www.wikiriodoce.org>

Site do MAB: <http://www.mabnacional.org.br/category/regi/regi-sudeste>

Greenpeace: <https://www.greenpeace.org.br/riodoce>

Livros e artigos

CONECTAS Direitos Humanos e Clínica de Direitos Humanos da UFMG. Transparência, participação, responsabilização e reparação: uma proposta de reforma de governança para a remediação do Rio Doce. 1/2018 1ª edição: Abril de 2018. Disponível em: http://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/06/POLICY_PAPER_Rio-Doce.pdf

MAB. Em novo acordo sobre o crime em Mariana, empresas criminosas seguem mandando. Disponível em <http://mabnacional.org.br/noticia/em-novo-acordo-sobre-crime-em-mariana-empresas-criminosas-seguem-mandando>

consultado em 11 de julho de 2018 às 16:22.

Zonta, M. e Trocate, C. (orgs). Antes fosse mais leve a carga. Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Cale / BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016. Disponível em <http://www.ufff.br/poemas/files/2016/11/Livro-Completo-com-capa.pdf>

Milanez, B. e Losekann, C. (orgs). Desastre no Vale Do rio Doce Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. Disponível em <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>

Documentos e leis

BRASIL. TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC) no bojo do processo n069758-61.2015.4.01.3400, em trâmite na 123 Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais. Brasília, 02 de março de 2016. Disponível em: <http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf> consultado em 11 de julho de 2018 às 16:22.

BRASIL. Ministério Público Federal. Minas Gerais. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA nos autos dos processos n° 69758-61.2015.4.01.3400 e n° 0023863-07.2016.4.01.3800, em trâmite perante a 123 Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais, e submetê-lo à homologação judicial. Belo Horizonte/MO, 25 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/tac-governanca/view>. consultado em 11 de julho de 2018 às 16:22.

Documentários

Povos do Rio Doce – Agência Publica: <https://www.youtube.com/watch?v=80E6n22q-eA>

O Futuro do Rio Doce – TV Brasil: <http://tvbrasil.ebc.com.br/expedicoes/conteudo/o-futuro-do-rio-doce>

Após chegada da lama, desalento domina litoral do Espírito Santo – TV Folha: <https://www.youtube.com/watch?v=ZNvqdOhL-rI>

Rio Doce, Rio Morto – Dráuzio Varella: <https://www.youtube.com/watch?v=92kDMcz9ISE>

Para conversar na comunidade

1. Que problema mais afeta a sua comunidade?
2. Qual a solução para este problema?
3. Que ação pode ser feita para conseguir esta solução?

Expediente

Coordenação Editorial: Maria do Carmo Albuquerque e Fernando Peres Rodrigues | **Textos:** Júlia Moretto Amâncio e Maria do Carmo Albuquerque | **Colaboração:** Adrian Gurza Lavalle, Euzeneia Carlos e FCRD. **Design Gráfico e Ilustrações:** Caco Bressane

Realização:

Fomento:



SAÚDE: EM QUE PORTAS BATER?

Participar e fazer valer este direito



Para aquecer a conversa:

Nas próximas Oficinas vamos conhecer melhor as **PORTAS em que devemos bater para recuperar os DIREITOS** que perdemos com a tragédia provocada pela Samarco para fortalecer as lutas e alcançar a **reparação integral** dos danos que atingiram nossas comunidades, onde **DIREITOS** sempre foram pouco acessíveis.

Agora as condições de vida e saúde estão piores. Mas, por outro lado, **este TSUNAMI nos acordou para exigir nossos direitos**. O direito à saúde é um dos mais comprometidos.

Impactos sobre a vida e a saúde

A tragédia provocada pela Samarco já era temida pelos moradores antes do rompimento. O rompimento da Barragem de Fundão, uma tragédia prevista, aumentou antigos problemas das populações locais. Desde então, os afetados pela mineração sofreram perdas de vidas e de bens, a deterioração de sua **saúde** e do meio ambiente. A tragédia teve efeitos **socioeconômicos e psicossociais** imediatos e outros que ainda se manifestarão. Ela também acentuou problemas anteriores de desigualdade social, injustiça ambiental e violência.

Quais são as principais doenças das pessoas atingidas?

Como consequência destes impactos as pessoas atingidas têm reclamado da perda de sua saúde:

Impactos na saúde física: Doenças respiratórias e de pele, diarreias e outras causadas pelo uso de **água não potável** e pela **contaminação com as poeiras** que vêm de rejeitos.

Impactos psicossociais: A perda da saúde **mental** tem impactos na vida **individual, familiar e social** como depressão, insônia, ansiedade, estresse pós-traumático, comportamento suicida, alcoolismo e uso abusivo de outras drogas. Estes males são resultantes da perda de espaço, como as casas, o rio, os manguezais, e da sensação de medo e insegurança sobre onde morar, e como se sustentar.

Além disso, há graves **impactos ambientais** em longo prazo, pois houve a destruição de mais de mil hectares de cobertura vegetal. Seus efeitos se apresentarão no tempo, no solo, na cadeia alimentar e no ciclo das águas, contribuindo para a alteração dos períodos de chuvas e enchentes, e dos ciclos de vida de animais transmissores de doenças como dengue, chikungunya e zika, esquistossomose, doença de Chagas, leishmaniose. Também houve contaminação do solo e das águas com metais pesados. Estes impactos resultam em efeitos sobre a saúde que, se não forem monitorados, se tornarão invisíveis e esquecidos.

A saúde como direito de todos

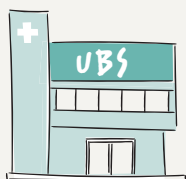
*“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.
Constituição de 1988, artigo 196.*

A Constituição de 1988 protege a saúde e a define como um direito fundamental do ser humano. A Lei determina que o cuidado com a vida das pessoas deve ser observado pelo Poder Público e pela sociedade.

A partir daí a União, os Estados e os Municípios organizaram uma **rede de ações e serviços públicos** de saúde: o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele deve garantir o atendimento integral da população, ou seja, o **acesso universal e igualitário** às ações e serviços de saúde. É dever do SUS a promoção, prevenção e recuperação da saúde, abrangendo desde educação em saúde e fornecimento de medicamentos, próteses, exames e tratamentos, até a realização de cirurgias. Para tal o SUS se organiza como um sistema com unidades de Saúde que têm funções diferenciadas. Vamos aqui conhecer 3 delas, que atendem mais diretamente às demandas apresentadas nas regiões afetadas pelo rompimento da barragem.

QUANDO PROCURAR UMA UBS, HOSPITAL OU CAPS?

UBS



ATENDIMENTO DE ROTINA - Consultas, tratamentos, medicamentos gratuitos, vacinas e acompanhamento médico de rotina. Aberto em horário comercial.

PROBLEMAS ATENDIDOS - É a porta de entrada para o atendimento a todos os problemas de saúde. Faz acompanhamento pré-natal, de hipertensos, diabéticos, problemas como tuberculose, hanseníase e outras doenças.

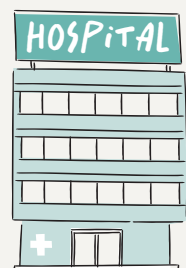
CAPS



ATENDIMENTO PSICOSOCIAL - Local de referência e tratamento para pessoas que sofrem com algum tipo de sofrimento psicossocial.

PROBLEMAS ATENDIDOS - Tratamento psicológico e psiquiátrico, acompanhamento clínico, reinserção social, acesso ao trabalho e lazer, autonomia para exercício dos direitos, fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

HOSPITAL



ATENDIMENTO HOSPITALAR - Emergências, casos mais complexos e que precisam ser acompanhados.

PROBLEMAS ATENDIDOS - Há atendimento de situações de emergência (pronto atendimento e pronto socorro) e de situações que necessitam de internação, cirurgias ou exames mais elaborados.

É muito importante iniciar uma relação com a **UBS** do seu bairro antes de procurar o CAPS ou o hospital. É lá que você vai encontrar um acompanhamento mais cotidiano para sua saúde. Em muitos casos você vai encontrar o seu médico e equipe de família (ESF).

A Lei determina que todos os brasileiros tenham atendimento digno e dentro prazo. O Poder Público também é obrigado a desenvolver **políticas econômicas e sociais** voltadas à **redução dos riscos de doenças** e outros danos à saúde. **Não se cale, exija seus direitos.**

Responsabilidades da Fundação Renova

Além das responsabilidades do Estado pela saúde de TODOS, existem as **responsabilidades das empresas** que provocaram a maior tragédia ambiental da Brasil. A sociedade afetada pela tragédia da Samarco e os órgãos públicos que a defendem processaram as mineradoras. Foram assinados acordos em que elas se comprometem com a REPARAÇÃO INTEGRAL dos danos.

Em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, foi criado o **Comitê Interfederativo (CIF)**, que é assessorado por 11 Câmaras Técnicas (CTs). O CIF deve orientar e validar os atos da Fundação Renova, criada para desenvolver as ações necessárias para que as empresas assumam suas responsabilidades.

A Fundação Renova e seus Programas foram criados para atender às **demandas emergenciais e gigantescas do momento crítico**, mas **devem se articular com as políticas públicas nacionais e locais** nos setores de saúde, água, meio ambiente, educação, emprego e renda, entre outros.

Passados 3 anos, a Fundação Renova ainda não concluiu a avaliação dos prejuízos causados pela tragédia. Seus Programas ainda carecem de estudos adequados sobre as **doenças vindas da lama** e estão desarticulados por falta de um **plano de ação**. Não foram feitos Relatórios extremamente importantes para o Programa de saúde, como o toxicológico, mesmo elencados como prioritários na TTAC. Em abril de 2018 estas ações ainda estavam sendo iniciadas, conforme vemos no cronograma abaixo.

PROMESSAS DA RENOVA

O QUE?	QUANDO?
Início do estudo epidemiológico.	Em andamento
Início da construção do Plano de Apoio juntos aos municípios.	Setembro de 2018
Início do estudo sobre a população toxicologicamente exposta.	Outubro de 2018
Início do estudo sobre saúde do trabalhador.	Dezembro de 2018
Emissão de relatório sobre saúde mental.	Dezembro de 2018

Fonte: Fundação Renova¹

As Câmaras Técnicas, através de documentos como as Notas Técnicas e Ofícios, vêm denunciando a precariedade dos Programas em execução, pela falta destes estudos e planos adequados. A CT Saúde tem questionado especialmente os estudos sobre a qualidade da água e a precariedade do **PG 014: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada**². Vemos assim como as ações da Renova estão muito distantes das reivindicações e deliberações dos órgãos gestores e da população. **Fique de olho.**

Em que portas podemos bater?

Quando os serviços públicos garantidos como direitos pela Constituição não são fornecidos, os cidadãos, individual ou coletivamente, devem exigí-los. Há alguns canais que podem ser utilizados para isso, canais de acesso **à política universal do SUS**, e canais de participação nas **políticas de reparação**. Vejam:

Conselhos Municipais

Conselhos são espaços participativos que servem para controlar e fiscalizar as políticas públicas. Eles têm representantes dos governos e da sociedade. O Conselho municipal de saúde pode ser um espaço importante para **receber reivindicações e discutir propostas**, assim como Conselhos de Meio Ambiente, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente e outros.

Comitês de Bacia Hidrográfica

Em nossa região há vários Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH). O CBH Doce abrange toda a Bacia atingida, sendo atuante no Comitê Interfederativo (CIF). Ele é composto por membros do poder público e da sociedade civil. Você pode levar reivindicações sobre danos causados pelas alterações no sistema dos rios e mangue, como: coceiras, manchas na pele, laudos de potabilidade, ocorrência de morte de peixes e manguezais.

Espaços participativos do TAC

As Câmaras Técnicas (CTs) foram criadas para assessorar o CIF e orientar, acompanhar e monitorar a execução dos Programas da RENOVA. Em agosto de 2018, com a homologação do TAC governança, as CTs foram abertas à participação dos atingidos. Também foi prevista a criação de 39 **Comissões Locais**, de 6 **Câmaras Regionais** e de um **fórum de Articulação das Câmaras Regionais**, compostos pelos atingidos, com a supervisão dos

1 Veja os Relatórios Mensais de Atividades da Fundação para o CIF, no site da Renova.

2 Veja as Notas Técnicas da CT Saúde de abril, maio e junho e o Ofício nº3, de setembro, de 2018.

Ministérios e Defensorias Públicas, e custeados pelas mineradoras. Estes fóruns terão poderes para adequar as medidas reparatórias às necessidades e territorialidades e farão a ligação entre a sociedade e as **Câmaras Técnicas do CIF**. Também estão sendo criadas **Assessorias Técnicas** escolhidas pelas Comissões Locais para assessorá-las.

A **Câmara Técnica de Saúde** é quem "define" as responsabilidades da Renova em Saúde e pode exigir o seu cumprimento. Além dela, as CTs de Organização Social e Auxílio Emergencial e a de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, também respondem por demandas relativas à proteção social. **A população tem o direito de participar e as CTs têm que ouvir sempre os atingidos.**

Poder Executivo

Procurar a **Secretaria de Saúde** ou a **Coordenadoria da atenção básica** para exigir mais médicos no posto de saúde pode ser uma forma de participar. Os representantes da sociedade podem reivindicar reuniões com gestores das unidades de saúde, com coordenadores, ou secretários, ou entregar e protocolar ofícios e abaixo-assinados na prefeitura ou unidades de saúde.

Poder Legislativo

Também podemos levar as demandas por melhorias nos serviços públicos aos vereadores e deputados. Eles podem ajudar a marcar uma reunião com o Secretário municipal ou a viabilizar um ônibus que levará a comunidade para protestar na frente da Secretaria.

Movimentos, Associações. Sindicatos, Igrejas, Pastorais

Podemos discutir os problemas de saúde em uma reunião do nosso movimento, sindicato, igreja ou associação. O MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, assim como o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD) são espaços importantes de organização e luta, e estão alcançando várias conquistas. Outros Fóruns e Movimentos também estão contribuindo, como o MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, e o MST, Movimento dos Sem Terra. Na diocese católica de Colatina temos ainda as Pastorais da Saúde e da Criança. Na Arquidiocese de Vitória temos a Pastoral dos Pescadores.

Defensoria Pública

A Defensoria Pública pode ajudar na busca por tratamentos ou medicamentos negados pelo Estado. Para isso, basta procurar o Núcleo de Saúde munido de documentos pessoais, relatórios de profissionais do SUS e outros documentos que demonstrem a necessidade do tratamento. Além destes canais ainda temos as **Ouvidorias municipais e a Ouvidoria do SUS**. Os endereços estão no site da Rede ComRioComMar.

O que fazer para demandar os serviços públicos

Quando a relação com o poder público e a Renova é difícil, é fundamental que a demanda seja apresentada em nome de centenas de pessoas e por várias organizações juntas. A mobilização, os protestos e a pressão são meios para reivindicação. Por exemplo, a comunidade organiza uma manifestação no momento da entrega de um abaixo-assinado ou um movimento organiza ocupações ao mesmo tempo em que também atua via Conselho.

Exemplos de mecanismos de mobilização e pressão mais comumente utilizados:

- Abaixo-assinado
- Ofício
- Ocupação de prédio público
- Manifestação em frente a prédio público
- Passeata ou ato público

Envolvendo a comunidade

Você pode aproveitar esta Cartilha para fazer uma reunião em sua comunidade. Para aquecer a conversa, ouça as pessoas. Pergunte a elas sobre sua **saúde** e como ela se manteve após o rompimento da barragem. Melhorou ou piorou?

Explique que a lama da Samarco também deixou marcas na saúde física e psicológica. Peça que as pessoas apontem os problemas de saúde que surgiram em consequência da tragédia. Pergunte se sabem que caminhos devem percorrer para ter acesso aos serviços de saúde. Explique quais são as garantias da lei e como a Justiça pode ser uma aliada.

Em seguida prepare a votação. Mostre a urna, distribua as cédulas e faça uma leitura coletiva das propostas que estão listadas no **Jornal do Jornal ComRioComMar Opinião Popular**. Cada pessoa pode apoiar 3 propostas que já estão na lista. Pode também escrever uma nova proposta na cédula. Lembre que todos devem identificar a sua cédula com o número do celular e a data de nascimento.

Mensalmente haverá uma lista informando **as propostas mais votadas na sua comunidade**. As listas vão mudar durante o processo e você pode apresentar e apoiar novas propostas.

Nos jornais você verá o conjunto das propostas de todas as regiões

No final os resultados serão levados às autoridades para que a opinião da sua comunidade seja considerada. **Mobilize sua comunidade!**

Para saber mais

Você pode saber mais sobre a tragédia e os impactos na saúde em decorrência do Rompimento da Barragem de Fundão em:

Documentários:

Memórias Rompidas – TV Assembleia. <https://www.youtube.com/watch?v=uxGORp0HGic>

Krenak: Vivos na Natureza Morta - Canal Futura. <https://www.youtube.com/watch?v=4Cp9Ka1s2a8>

Raízes: A Formação da Identidade Capixaba. <https://www.youtube.com/watch?v=2U6boXUx0IA>

Comitê de Bacia Hidrográfica. <http://www.cbh.gov.br/Default.aspx>.

Livros e artigos:

LACAZ, Francisco A. C.; PORTO, Marcelo F. S.; PINHEIRO, Tarcísio M. M. P. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v42/2317-6369-rbso-42-e9.pdf>

MARCHESINI, Vitor. Redução de vulnerabilidade a desastres: dimensões políticas, científicas e socioeconômicas. (2015). https://www.researchgate.net/publication/301621903_Reducacao_de_vulnerabilidade_a_desastres_dimensoes_politicas_cientificas_e_socioeconomicas

SILVA, Camila. Luta, Luto e Luta: A vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2017. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19882/2/Camilla%20Veras%20Pessoa%20da%20Silva.pdf>

Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental? Graça Caldas (organizadora). 2ª ed. – Campinas, SP: BCC/ UNICAMP. 2017. http://www.labjor.unicamp.br/wp-content/uploads/2018/04/2a_edicao_digital_vozes_e_silenciamentos_em_Mariana_06042018_LABJOR_09-04.pdf

Documentos

BRASIL. Ministério Público Federal. Minas Gerais. Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG, do Ministério Público. http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/770/relatorio_final_ft_03_02_2016_15h5min.pdf

BRASIL. Ministério Público Federal. Minas Gerais. (2018). TAC Governança. http://wikiriodoce.org/images/3/33/TAC_Governanca.pdf

Fundação RENOVA. Relatório Mensal de Atividades. Abril/2018. https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/05/relatorio_mensal-de-atividades_abr18r1.pdf

Para conversar na comunidade

1. Que problema de saúde mais afeta a sua comunidade?
2. Qual a solução para este problema?
3. Que ação pode ser feita para conseguir esta solução?

Expediente

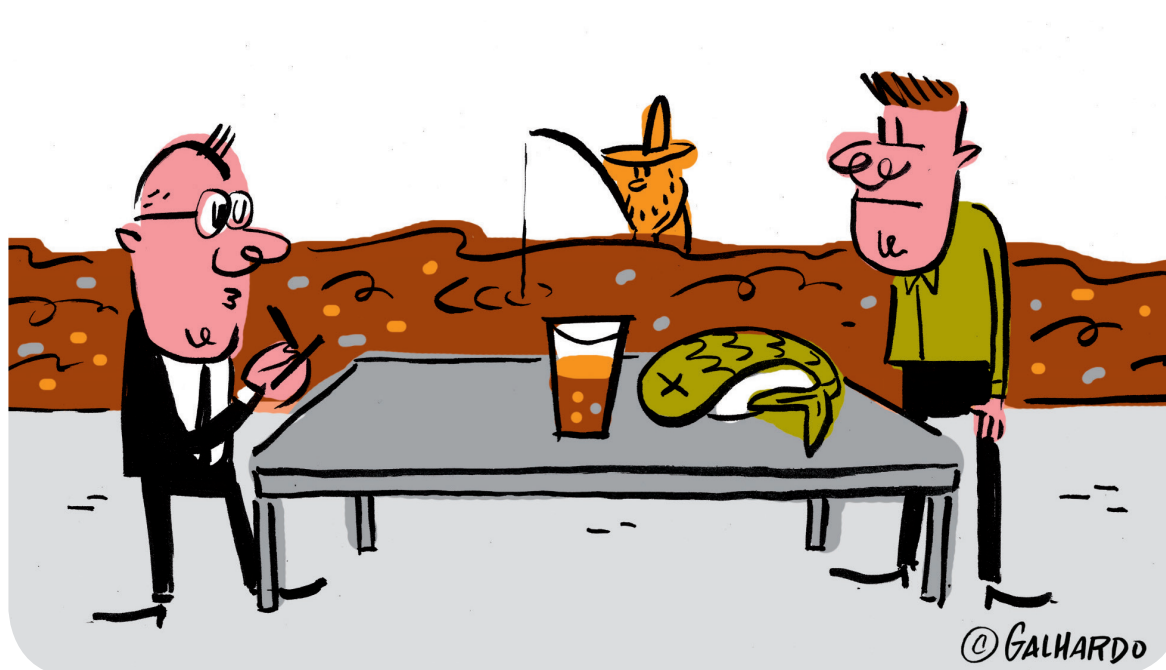
Coordenação Editorial: Maria do Carmo Albuquerque e Fernando Peres Rodrigues | **Textos:** Monika Dowbor, Igor Amaral, Laura Lopez, Lizandra Serafim e Maria do Carmo Albuquerque | **Design Gráfico e Ilustrações:** Caco Bressane

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL: EM QUE PORTAS BATER?

Participar e fazer valer este direito



Para aquecer a conversa:

Uma segunda tragédia provocada pela Vale tinge de lama este terceiro trimestre do nosso trabalho, e mostra ao mundo que a empresa é culpada de duas das maiores tragédias socioambientais do país. Vamos reforçar nossa luta por reparação integral, buscando conhecer melhor **em que PORTAS devemos bater** para recuperar nossos direitos tragados pela lama.

Os rejeitos de minério afetam nossa **saúde, alimentação, trabalho, e o ambiente** em que vivemos, contaminando o ar, mar, rios, manguezais, animais e plantas. Nosso direito ao meio ambiente saudável está comprometido.



Impactos socioambientais

O crime da Samarco é reconhecido como a maior tragédia ambiental do país. Impactou violentamente o equilíbrio do meio ambiente afetando animais, plantas, águas e todas as comunidades que delas dependem.

A Constituição brasileira diz que todos temos direito a um ambiente saudável, ecologicamente equilibrado:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

As comunidades atingidas vêm expressando, em inúmeros protestos e mobilizações, que seus direitos ambientais estão destruídos. As votações do **ComRioComMar Opinião Popular** explicitam claramente este clamor.

As reivindicações na área socioambiental (transversalidade entre bens naturais e culturais) apresentam o maior grupo temático de votos (38% do total). Foram classificados 1144 votos com referência aos impactos socioambientais em São Mateus (comunidades de São Miguel, Ilha Preta, Barra Nova Sul) e 109 em Colatina (em urnas no IFES e no bairro IBC).

As reivindicações relacionadas ao meio ambiente apresentam diferentes aspectos:

Meio ambiente: A relação de vivência com a natureza aparece nas reivindicações de limpeza e recuperação de nascentes, rios, manguezais e balneabilidade das praias.

Água para consumo: Dezenas de propostas cobram água de melhor qualidade, estudos e análises sobre a potabilidade da água (inclusive do lençol freático) e estações de tratamento.

Consumo de alimentos: Questões de segurança alimentar também se destacam, reivindicando análises de camarões, mariscos e peixes da região, que são hábitos alimentares da população local.

Trabalho, renda e atividade produtiva: A destruição do meio ambiente também impactou a atividade produtiva local, como a pesca, a agricultura e o turismo. Aponta-se a contaminação e a queda nas atividades de pesca, agricultura e criação de animais. O setor de turismo, com seus restaurantes e pousadas, também foi prejudicado. Exigem-se novas alternativas de geração de renda.

O consumo de água e alimentos contaminados, além da incerteza que ronda os projetos de vida e a sustentação econômica das famílias geram graves problemas de **saúde** física e psicossocial, como vimos na cartilha e Oficina anteriores.

EM QUE PORTAS BATER?

Quem trata desses problemas?

A tragédia ambiental causada pela Samarco tem múltiplas dimensões, como vimos acima, e exige reparação. Esta reparação deve ser executada pela Fundação Renova, mas a garantia dos direitos ambientais é de responsabilidade do poder público, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

As políticas ambientais, implementadas por órgãos do poder público, como o Ibama, as Secretarias e demais órgãos estaduais e municipais, tornaram-se totalmente insuficientes frente ao volume avassalador dos impactos causados pelo rompimento da barragem.

A Fundação Renova foi criada com a finalidade de desenvolver ações emergenciais referentes à comunidade humana, fauna, flora e demais atingidos, e também de oferecer **apoio às demais políticas e ressarcir os gastos extraordinários que recaíram sobre os órgãos públicos** em decorrência do desastre.

A luta dos atingidos deve então bater nas PORTAS representadas pela estrutura de governança do desastre: o CIF, as CTs, a Fundação Renova, e também pelos órgãos públicos, que abrangem o executivo, legislativo, judiciário e ministério público nas esferas federal estadual e municipal, bem como os respectivos órgãos de controle social como Comitês de Bacia e Conselhos de Meio Ambiente entre outros.

As Câmaras Técnicas do CIF

O TTAC gerou uma estrutura de gerenciamento dos danos decorrentes do Rompimento da barragem de Fundão, com o objetivo de alcançar a sua reparação integral. Esta estrutura é comandada pelo CIF, Comitê Interfederativo, que deve orientar e validar os atos da Fundação Renova. O CIF é assessorado por 11 Câmaras Técnicas.

Os 42 programas definidos no TTAC são monitorados pelas Câmaras Técnicas (CTs). Veja, a seguir, os Programas Socioambientais da Renova que mais afetam o Espírito Santo e as CTs que os monitoram:

CT FLOR: CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA	
P. 25: Recuperação da Área Ambiental 1	Limpar a calha dos rios de árvores, galhos e sedimentos e estabilizar fisicamente revegetando cerca de 600 hectares de margens no trecho inicial que vai até a usina Risoleta Neves
P. 26: Recuperação de APPs - Áreas de Preservação Permanente	Restaurar 40 mil hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) ao longo da bacia do rio Doce em dez anos
P. 27: Recuperação de Nascentes	Recuperar 5 mil nascentes em dez anos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, 500 a cada ano.
P. 36: Comunicação Nacional/ Internacional	Programa de comunicação regional, nacional e internacional, por meio do site da Fundação Renova, em três idiomas.

CT BIO: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE

P 28: Conservação da Biodiversidade	Estudar a fauna aquática em todo o rio Doce e os cursos de água que contribuem para ele.
P 29: Recuperação da Fauna Silvestre	Construir dois Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetas) ao longo do rio Doce
P 30: Fauna e Flora Terrestre Ameaçada de Extinção	Avaliação de impactos ambientais sobre a fauna e flora ameaçada de extinção. Plano de Ação
P. 39: Unidades de Conservação	Estudos e ações de reparação nas 39 Unidades de Conservação afetadas pelo rompimento. No ES: Reserva Biológica de Comboios, Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz. Consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, criar nova Área de Proteção Ambiental (APA) na foz do rio Doce

CT SHQA: CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA

P. 31: Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	Saneamento básico, esgoto sanitário, coleta e tratamento, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários para municípios às margens do rio Doce, entre a usina Risoleta Neves e Regência/ES.
P. 32: Tratamento de Água e Captação Alternativa	Reduzir o risco de desabastecimento das cidades ao longo do rio Doce; sistemas alternativos de abastecimento de água: adutoras e poços artesianos. Em Linhares, Baixo Guandu, Colatina.
P. 38: Monitoramento da Bacia do Rio Doce	Desenvolvimento de programa de monitoramento permanente de água e sedimentos.

CT GRSA: CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL

P 33: Educação Ambiental	Educação ambiental com participação de instituições de pesquisa, terceiro setor, comitês de bacias e órgãos do governo.
P 37: Gestão de Riscos Ambientais	Estudo para identificar eventuais riscos ambientais e propor ações preventivas e mitigatórias.

CT EI: CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO

P. 16: Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	Retorno da atividade pesqueira, superação das limitações e restrições ao exercício da pesca; identificar e viabilizar novas atividades econômicas e produtivas
P. 17: Retomada das Atividades Agropecuárias	Retomada das atividades agropecuárias nos estabelecimentos rurais impactados
P. 42: Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários	Ressarcir os comprometentes pelos gastos públicos extraordinários decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

CT PDCS – CÂMARA TÉCNICA PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL

P. 06: Participação, Diálogo e Controle Social	Canais de interação, diálogo e relacionamento contínuo com a população impactada e demais públicos interessados. Transparência. Acesso à informação. Apoiar os demais programas na promoção de participação social e comunicação
--	--

O Programa 42 ressalta a responsabilidade da Renova em ressarcir os diversos órgãos públicos pelos gastos extraordinários decorrentes da tragédia.

Com o TAC governança, os atingidos podem participar das CTs. Também foram criados outros espaços de participação como as Comissões Locais, custeados pelas mineradoras. A seguir vemos quais os órgãos públicos que tem responsabilidades pela política ambiental nos diversos aspectos que estamos considerando.

Poder Executivo e seus Conselhos participativos

EXECUTIVO FEDERAL

O poder executivo federal, através do Ministério do Meio Ambiente (MMA) define e coordena as políticas nacionais na área ambiental, através do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, cujo órgão consultivo e deliberativo é o CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente (criado em 1982 pela Lei n.º 6.938/81), que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta política é implementada principalmente através do IBAMA.

A participação da comunidade é prevista em todas as políticas ambientais, organizadas em sistemas nacionais como a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97), a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 1445/2007), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/2010), o Novo Código Florestal (Lei 12.651/ 2012).

EXECUTIVO ESTADUAL

O Poder Executivo do Espírito Santo (ES) também conta com uma secretaria e um conselho, além de um instituto:

SEAMA: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IEMA: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

CONSEMA: Conselho Estadual de Meio Ambiente, integrado por 3 segmentos, no biênio 2018/2019:

- Poder Público (8): (Secretarias, Associação de Municípios (ANAMA), Ibama etc.
- Setor empreendedor (8): Federações da Indústria e Comércio, Sebrae etc.
- Sociedade civil (8): Conselhos de Engenharia, Agricultura, Biologia, CUT, Associações de Moradores (Famopes), ONGs.

EXECUTIVOS MUNICIPAIS E SEUS CONSELHOS

Secretarias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente

	SECRETARIA	CONSELHO
Aracruz	Secretaria de Meio Ambiente de Aracruz (SEMAM) (2001)	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Aracruz (COMMA, 2001)
Colatina	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SE-DUMA) e Superintendência de Meio Ambiente	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e conferências (5ª) e Conselho Comunitário de Colatina.

Linhares	Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM)	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA, 1993)
São Mateus	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA, 2002)
Serra	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Serra (COMDEMAs)
Vitoria	Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM)	Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA)

Comitês de Bacia Hidrográfica

A gestão e participação da sociedade na Política Nacional de Recursos Hídricos se organiza através dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH). Eles são compostos por membros do poder público e da sociedade civil.

O CBH Doce – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce abrange toda a Bacia atingida e participa do Comitê Interferativo (CIF), que deve orientar e fiscalizar as ações da Fundação Renova.

No Espírito Santo há 12 Comitês de Bacia, além do CBH Doce: o CBH das Bacias Hidrográficas Costeiras do Litoral Centro-Norte, CBH do Rio Itaúnas, CBH do Rio Benevente, CBH do Rio Novo, CBH do Rio Santa Maria do Doce, CBH do Rio Itapemirim, CBH do Rio Guandu, CBH Jucu, CBH Santa Maria da Vitória, CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce - antigo Rio São José, CBH do Rio São Mateus, CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce.

Os Comitês de Bacia são canais importantes para receber as demandas das comunidades. Você pode levar reivindicações principalmente sobre danos causados pelas alterações no sistema dos rios e mangues como a ocorrência de morte de peixes, camarões e mariscos; questionar laudos de potabilidade da água; e também alertar para a ocorrência de doenças como coceiras e manchas na pele causadas pela água.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo (Câmara Federal e Senado, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais) atua na questão ambiental através de Comissões Permanentes, Especiais e Externas, e através de CPIs (Comissões parlamentares de Inquérito).

As Comissões Permanentes existem em todos os âmbitos e funcionam regularmente. Em Brasília, por exemplo, temos a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Houve ainda a Comissão Especial do Novo Código da Mineração (2014). Como Comissões Externas temos os exemplos das Comissões que visitaram Mariana e Brumadinho por ocasião dos desastres.

Na Assembleia Legislativa do Espírito Santo existe a Comissão Permanente de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais.



Ministério Público (MP)

Tanto o MP federal (MPF) como os MP estaduais atuam nas questões ambientais. No MPF existe a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural). No MPES há os Centros de Apoio Operacional (CAO) e entre eles o CAO Meio Ambiente - Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico.

Sociedade civil

As organizações da sociedade civil também são PORTAS em que podemos bater para conseguir apoio para as lutas por direitos. É sempre melhor levar as reivindicações às autoridades acompanhados por outros representantes de movimentos ou associações. Podemos discutir os problemas em reuniões do nosso movimento, sindicato, igreja, pastoral ou associação. Eles também podem ajudar a comunidade a entender melhor e escrever suas reivindicações e documentos.

O MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, assim como o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD) são espaços importantes de organização e luta, e estão alcançando várias conquistas. Outros Fóruns e Movimentos também estão contribuindo, como o MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, e o MST, Movimento dos Sem Terra. Temos as Pastorais nas dioceses de Vitória, Colatina e São Mateus, como a Pastoral da Terra (São Mateus) e a Pastoral Ecológica (Vitória) que podem ajudar a reivindicar o direito a um meio ambiente saudável. Também ajudam as reuniões e documentos da Campanha da Fraternidade de 2019, que busca incentivar a participação popular nas Políticas Públicas. Outra organização importante é a OAB, que tem uma Comissão de Direito Ambiental, e algumas Comissões de meio ambiente nas subseções municipais.

Estratégias e subsídios

As comunidades atingidas pelo crime da Samarco vêm lutando por seus direitos desde 2015. Sem esta luta não haveria conquistas como por exemplo o reconhecimento de comunidades atingidas no Município de São Mateus e os Camaroeiros de Vitória.

ComRioComMar Opinião Popular vem se somar a esta luta por meio do POP. O POP é uma metodologia participativa que pode contribuir para fortalecer estas lutas de duas formas. Por um lado, as reuniões do POP com suas votações geram mobilização. Por outro lado, os resultados destas votações podem gerar documentos (boletins) que consolidam as principais demandas e fundamentam cientificamente as reivindicações.

Estes documentos podem gerar diversas formas e estratégias de reivindicação e negociações junto a Renova, as CTs e o Poder Público, como vimos acima.

Ao invés da dispersão de recursos em atividades descoordenadas, é essencial que a Renova venha a custear as Políticas Públicas que foram assoberbadas pelos problemas causados pela imperícia e imprudência das empresas.

Para fazer valer os seus direitos você pode escrever documentos sobre as reivindicações de sua comunidade e levá-los:

- Aos conselhos e secretários visando a incorporação da sua comunidade nos planos municipais ou estaduais;
- Aos vereadores e comissões legislativas para pressionar a prefeitura pela criação de programas específicos para a sua comunidade;
- Nas audiências públicas organizadas pelo Ministério Público, Executivo ou Legislativo e reivindicar a articulação entre o CIF, as CTs, a Fundação Renova e o setor público;
- Ao prefeito, secretários e à imprensa reivindicando conselhos municipais mais abertos e atuantes;
- Às Câmaras Técnicas para fiscalizar e monitorar a execução dos programas da Fundação Renova.

Para saber mais

Comitê de Bacia Hidrográfica. <http://www.cbh.gov.br/Default.aspx>.

Comitê de Bacia Hidrográfica. <http://www.cbh.gov.br/GestaoComites.aspx>.

IBAMA. CIF. Notas Técnicas. <https://www.ibama.gov.br/cif/notas-tecnicas>.

MPES. Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico. <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Modelos/Paginas/NoticiaSemFoto.aspx?pagina=119>.

Prefeitura Municipal de Aracruz: <http://www.aracruz.es.gov.br/meio-ambiente>;

Prefeitura Municipal de Colatina: www.colatina.es.gov.br/durbano/;

Prefeitura Municipal de Linhares: <http://legislacaocompilada.com.br/linhares>;

Prefeitura Municipal de São Mateus: www.saomateus.es.gov.br/secretaria/meio-ambiente;

Prefeitura Municipal de Serra: www.serra.es.gov.br/site/conselho/24; www.serra.es.gov.br/site/secretaria/SEMMA;

Prefeitura Municipal de Vitória: <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/conselho-municipal-de-defesa-do-meio-ambiente>

Santilli, Juliana. 2005. Socio ambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Petrópolis: IEB / ISA.

Para conversar na comunidade

1. Identifique junto à comunidade os principais problemas socioambientais.
2. Explore soluções concretas que podem ser realizadas para melhor as condições socioambientais
3. A quem se deve reivindicar os problemas socioambientais e como?

Expediente

Coordenação Editorial: Maria do Carmo Albuquerque e Fernando Peres Rodrigues | **Textos:** Fernando Peres Rodrigues e Maria do Carmo Albuquerque | **Colaboração:** Maria Thereza Ferreira Teixeira e João Paste. **Design Gráfico:** Monique Schenkels | **Ilustração:** Caco Galhardo

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



DIREITO A TRABALHO E RENDA: AGRICULTURA, PESCA, TURISMO

Como lutar por nossos direitos?



Para aquecer a conversa:

Além dos impactos sobre a saúde e o meio ambiente, que já estudamos nos fascículos anteriores, o desastre-crime da Samarco afeta profundamente a economia do Espírito Santo, especialmente nas comunidades atingidas.

A poluição das águas danificou nossos meios de sobrevivência, nosso trabalho. **Agricultura, pesca e turismo**, principais meios de geração de renda em nossa região sofreram grandes danos e estão comprometidos. Como recuperar um desenvolvimento econômico sustentável? Nessa cartilha vamos dar um passo a mais. Além de conhecer as portas onde reivindicar, vamos pensar **estratégias** de luta e ação para abri-las.



IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

Além dos impactos sobre a saúde e meio ambiente, já estudados, o desastre-crime da Samarco afeta profundamente a economia das comunidades atingidas. A poluição das águas afetou nossos meios de geração de renda, nosso **trabalho**.

As comunidades, através das **votações** do **ComRioComMar Opinião Popular**, mostram que a contaminação provocou a queda nas atividades de pesca, agricultura e criação de animais. O setor de turismo, com seus restaurantes e pousadas, também foi prejudicado.

No **Jornal** de junho vemos que as **propostas mais votadas** se focam na recuperação econômica: o trabalho de pescadores, marisqueiras, agricultores e comerciantes, geração de renda, recuperação dos pesqueiros e praias, assim como o pagamento de auxílios emergenciais e indenizações. Sabemos da importância econômica destes subsídios, inclusive as aposentadorias, o BPC e o Bolsa Família. Para além do sustento das famílias, esse dinheiro fortalece o comércio e faz girar a economia local.

O **gráfico** mostra a importância do **desenvolvimento econômico** (trabalho, turismo, infraestrutura, indenizações). Este tema atinge 35% do total das propostas. Porém não basta recuperar as condições anteriores de trabalho e renda pois elas já eram muito ruins.

Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento econômico nesta região já era marcado por desigualdades, pobreza e destruição ambiental. Os impactos comprometeram ainda mais o seu desenvolvimento, afastando-se de um **desenvolvimento sustentável**. Para termos um desenvolvimento sustentável o crescimento econômico deve andar junto com as necessidades sociais e ambientais. Essa ideia nasceu em 2012, na Conferência das Nações Unidas (ONU), e gerou uma Agenda global composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre eles estão: água limpa e saneamento, consumo e produção responsáveis, emprego digno e crescimento econômico.

Nosso desafio é enfrentar os danos numa perspectiva que não apenas recupere a capacidade produtiva e de geração de renda da população, mas produza transformações inovadoras, no sentido de um **desenvolvimento sustentável**.

Podemos então repensar nossas prioridades explicitando quais os impactos e nossas reivindicações nas áreas da **pesca, agricultura e turismo**? Quais as iniciativas de **geração de renda** e como elas podem ser apoiadas?

EM QUE PORTAS BATER? QUEM TRATA DESSES PROBLEMAS?

Quem tem responsabilidade pela recuperação das condições de trabalho e renda?

Por um lado, a garantia dos **direitos sociais, o desenvolvimento** do país e a construção de uma **sociedade justa, sem pobreza e desigualdades**, são responsabilidades do poder público, como aponta a Constituição Federal:

*Art. 3º Constituem **objetivos** fundamentais da República Federativa do Brasil:*

*I - Construir uma sociedade livre, **justa** e solidária;*

*II - Garantir o **desenvolvimento** nacional;*

*III - **Erradicar a pobreza e a marginalização** e reduzir as **desigualdades sociais** e regionais;*

*IV - Promover o **bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de **discriminação**.*

Art. 6º São **direitos** sociais a educação, a saúde, a **alimentação**, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a Segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta **Constituição**.

As políticas de desenvolvimento econômico são implementadas por órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Mas eles não garantem os objetivos expressos na nossa Constituição.

Além disso elas são totalmente insuficientes frente ao volume avassalador dos impactos causados pelo rompimento da barragem. Daí decorre a obrigação das mineradoras de assumir a responsabilidade de mitigar, compensar e reparar os danos decorrentes da tragédia.

O TTAC define responsabilidades para a “compensação pelos impactos” e a “reparação **integral** das condições **socioeconômicas** da região”. Sua seção VI: Economia, nas cláusulas 116 a 143, estabelece **Programas** de auxílio emergencial, de recuperação das atividades pesqueiras, agropecuárias, de diversificação da economia e apoio a pequenos negócios, como vemos abaixo. Os 42 Programas devem ser executados pela Fundação Renova e monitorados pelas Câmaras Técnicas (CTs).

A luta dos atingidos deve então bater nas PORTAS representadas pela estrutura de governança do desastre (CIF, CTs, Renova), e também pelos órgãos públicos (executivo, legislativo, judiciário, ministério e defensoria públicos, nas esferas federal, estadual e municipal).

As Câmaras Técnicas e GTs do CIF

O TTAC criou um sistema de governança do desastre com o objetivo de alcançar a sua reparação integral. Esta estrutura é comandada pelo CIF, Comitê Interfederativo, que deve orientar e validar os atos da Fundação Renova. O CIF é assessorado por 11 Câmaras Técnicas e alguns Grupos Técnicos (GTs). Seguem os Programas que se relacionam com o desenvolvimento econômico, geração de renda, atividade produtiva:

CT EI: CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO	
P. 15: Programa de Inovação	Pesquisas com foco na identificação de soluções para transformar rejeitos de mineração em insumos para outros produtos.
P. 16: Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	Retorno da atividade pesqueira, superação das limitações e restrições ao exercício da pesca; identificar e viabilizar novas atividades econômicas e produtivas
P. 17: Retomada das Atividades Agropecuárias	Retomada das atividades agropecuárias nos estabelecimentos rurais impactados
P. 18: Diversificação e Recuperação da Economia Regional	Com apoio do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES).
P. 19: Recuperação de Micro e Pequenos Negócios no Setor de Comércio, Serviços e Produtivo	Recuperação de micro e pequenos negócios no setor de comércio, serviços e produtos, localizados de Fundão a Candonga (MG) e de Regência a Povoação (ES)
P. 20: Estímulo à Contratação Local	Priorizar a contratação local; estimular o uso da força de trabalho local e redes locais de fornecedores.
P. 42: Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários	Ressarcir os comprometentes pelos gastos públicos extraordinários decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

CT OS: CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL

P. 1: Levantamento e cadastro dos impactados	Levantar informações relativas às perdas materiais e impactos nas atividades econômicas, com cadastro individualizado de pessoas físicas e micro e pequenas empresas impactadas
P. 2: Ressarcimento e indenização dos impactados	Ressarcimento às pessoas físicas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais, lucro cessante e/ou morais ou perdas em suas atividades econômicas
P. 5: Proteção social	Ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e ações de apoio psicossocial, visando a promoção da proteção social,
P. 21: Auxílio financeiro emergencial	Auxílio financeiro emergencial à população impactada e que tenha tido comprometimento de sua renda pela interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas

CT ECLET: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO

P. 12: Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística	Medidas socioeducativas para preservação, manutenção e fortalecimento do Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico
P. 13: Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Fortalecimento das políticas públicas de Cultura, do Turismo, do Lazer e do Esporte; apoio técnico e material para um melhor desenvolvimento dessas atividades
P. 33: Educação ambiental	Educação ambiental, em parceria com as prefeituras municipais; desenvolvimento de capacidades com as pessoas e comunidades; fortalecer redes de educação para a revitalização da bacia do Rio Doce.

CT IPCT: CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

P. 3: Proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas	Ações reparatórias e compensatórias para povos e comunidades indígenas; segurança hídrica, alimentar, econômica e sanitária.
P. 4: Proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais.	Ações reparatórias e compensatórias para povos e comunidades tradicionais; segurança hídrica, alimentar, econômica e sanitária

CT PDCS: CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL

P. 06: Participação, Diálogo e Controle Social	Interação, diálogo e relacionamento contínuo com a população impactada e demais públicos interessados. Transparência. Acesso à informação. Apoiar os demais programas na promoção de participação social
P. 35: Informação para a população	Implantar 3 Centros de Informações Técnicas (Mariana, Gov. Valadares e Regência/Linhares) para comunicar e informar a população sobre os aspectos ambientais na bacia do rio Doce e costa marítima impactada.
P. 36: Comunicação nacional e internacional.	Comunica à sociedade e às comunidades as ações da Renova; divulga as ações e os programas desenvolvidos em função do TTAC.

CT BIO: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE

P. 28: Conservação da biodiversidade aquática, incluindo água doce, zona costeira e estuarina e área marinha impactada

Impactos sobre a biota e ambientes do Rio Doce, da foz, costeiros, estuarinos e marinhos e cuida das medidas para sua recuperação e conservação

GT PESCA: GRUPO TÉCNICO DE PESCA E AQUICULTURA

Grupo coordenado pela CT-BIO e composto pelas CT-Saúde, CT-EI, CT-IPCT, CT-SHQA, CT-OS, experts e Fundação Renova, para continuação dos trabalhos integrados de análise das informações disponíveis sobre o tema, e busca das complementações necessárias para estabelecer as diretrizes e encaminhamentos do CIF. O GT envolverá na discussão outros representantes que se fizerem necessários.

Com o **TAC governança**, os **atingidos** podem **participar** das **CTs** e também das **Comissões Locais, Câmaras Regionais e fórum de Articulação das Câmaras Regionais, custeados pelas mineradoras** através do **Orçamento atingido**. O TAC-gov também criou as **Assessorias Técnicas** escolhidas pelas Comissões Locais com a função de assessorá-las.

Vemos a seguir quais órgãos têm responsabilidades pelas políticas de desenvolvimento econômico.

Poder Executivo

EXECUTIVO FEDERAL

O executivo federal interfere decisivamente na economia do país através dos Ministérios da Economia (que inclui Planejamento, Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços, Trabalho e Previdência Social), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (inclui Pesca), Turismo; Desenvolvimento Regional; Minas e Energia.

A participação da comunidade é mais estruturada nas políticas sociais e nas políticas econômicas não há sistemas de Conselhos participativos.

EXECUTIVO ESTADUAL

O Poder Executivo do Espírito Santo interfere na economia através dos órgãos:

SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento

BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A

ADERES - Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo

SETUR - Secretaria de Estado de Turismo

SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

CEDRS-ES - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves.

PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado (SEDES) vem elaborando, com o apoio do Instituto Jones, os Planos Regionais de Desenvolvimento para cada uma das 10 microrregiões do Estado do Espírito Santo. A região Metropolitana (onde estão **Serra** e **Vitória**) já tem seu Plano Regional de Desenvolvimento e nas outras, entre as quais as Microrregiões do Rio Doce (onde está **Linhares**), do Centro-Oeste (onde está **Colatina**) e Nordeste (onde está **São Mateus**), o processo está iniciado.

EXECUTIVOS MUNICIPAIS

Nos municípios, algumas Secretarias e Conselhos Municipais devem contribuir para promover o desenvolvimento econômico e o acesso ao trabalho. As Secretarias podem buscar recursos nos Programas da Renova acima listados, voltados para a recuperação do trabalho e geração de renda. As Secretarias de Assistência Social têm papel importante na economia local garantindo a entrada de recursos que provêm de subsídios, especialmente o Bolsa Família. As Comissões de atingidos podem fazer reuniões com as Secretarias e Conselhos buscando este direcionamento.

	SECRETARIAS MUNICIPAIS	CONSELHOS
Colatina	Cultura e Turismo	CM Cultura e CM Turismo
	Desenvolvimento Econômico	CM Plano Diretor Urbano
	Desenvolvimento Rural	CM Desenvolvimento Rural Sustentável
	Assistência Social, Trabalho e Cidadania	CMAS e CM Bolsa Família
Linhares	Desenvolvimento Econômico e Urbano	CM Desenvolvimento Urbano e Conselho dos Distritos
	Agricultura, Aquicultura, Pecuária e Abastecimento	
	Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	CM Cultura e Turismo
	Assistência Social	CMAS
São Mateus	Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca	
	Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho	
	Planejamento, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico	CONCIDADE
	Turismo	COMTUR
	Assistência Social	COMAS
Serra	Agricultura, Agroturismo, Aquicultura e Pesca	CM Desenvolvimento Rural Sustentável
	Desenvolvimento Econômico	CONDES
	Trabalho, Emprego e Renda	Comissão M. Trabalho
	Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	CM Cultura, CM Turismo
	Assistência Social	COMASSE
Vitória	Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho	CM Trabalho
	Desenvolvimento da Cidade	Conselho do Plano Diretor
	Assistência Social	COMASV
	Companhia de Desenvolvimento, Inovação e Turismo de Vitória	COMTUR

Poder Legislativo

O Legislativo (Câmara Federal e Senado, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais) atua através das CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) e de Comissões Permanentes, Especiais e Externas.

Na Assembleia Legislativa do Espírito Santo temos comissões permanentes de Agricultura; de Silvicultura; de Aquicultura e Pesca; de Abastecimento e de Reforma Agrária; de Assistência Social, Socioeducação, Segurança Alimentar e Nutricional; de Ciência, Tecnologia, Minas e

Energia; de Cooperativismo; de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos; de Infraestrutura; de Desenvolvimento Urbano e Regional; de Proteção à Criança e ao Adolescente e de Política sobre Drogas; de Saúde e Saneamento; de Turismo e Desporto.

Podemos levar as demandas por melhorias aos deputados e vereadores. Eles podem ajudar a marcar uma reunião com o Secretário municipal ou a viabilizar um ônibus que levará a comunidade para protestar na frente da Secretaria. Eles também podem promover **Audiências Públicas** sobre os temas solicitados pelas Comissões de Atingidos.

Ministério Público (MP) e Defensoria Pública (DP)

O MPF (Ministério Público Federal) e os MPs estaduais, assim como a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) têm sido muito atuantes na tragédia do Rio Doce, com a criação de Forças-tarefa. O MPF e os MPs estaduais questionaram a falta de participação das pessoas atingidas no TTAC, o que resultou no TAC gov.

Também a Defensoria Pública do Espírito Santo vem atuando através de grupos específicos como o **GIRD** - Grupo Interdefensorial do Rio Doce e o **NUDAM** - Núcleo de Defesa Agrária e Moradia. Os sites desses grupos são bastante informativos.

Sociedade civil

As organizações da sociedade civil também são PORTAS em que podemos bater para conseguir apoio para as lutas por direitos. É sempre melhor levar as reivindicações às autoridades acompanhados por representantes de movimentos ou associações. O MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, assim como o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCRD) são espaços importantes de organização e luta, e estão alcançando várias conquistas, assim como outros Fóruns, movimentos e pastorais. As **Assessorias Técnicas** que estão sendo constituídas também têm o papel de apoiar as comunidades.

Temos ainda ONGs voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável e geração de renda através do artesanato. É o caso, por exemplo, da Pimenta Nativa, da Aliança Rio Doce e da Fundação pró-Tamar, em Regência, e certamente diversos outros coletivos que fortalecem iniciativas locais e projetos colaborativos.

Podemos discutir os problemas em reuniões do nosso movimento, sindicato, pastoral ou associação. Estas organizações podem ajudar as comunidades a entender melhor e escrever suas reivindicações e documentos. E ajudar na relação com as autoridades.

ESTRATÉGIAS PARA AS LUTAS E NEGOCIAÇÕES COM AUTORIDADES

As comunidades atingidas pelo crime da Samarco vêm lutando por seus direitos desde 2015. Sem esta luta não haveria conquistas como o reconhecimento dos Camaroeiros de Vitória e das comunidades atingidas em São Mateus, bem como o acesso à estrutura de governança definida pelo TAC gov.

ComRioComMar Opinião Popular é uma metodologia participativa que se soma a esta luta. As reuniões e votações do POP geram mobilização. Os resultados das votações podem gerar documen-

tos (boletins) que consolidam as principais demandas e fundamentam cientificamente as reivindicações. Estes documentos podem ajudar nas **estratégias de reivindicação e negociações** junto ao Poder Público, a Renova e as CTs.

É essencial que **os recursos das mineradoras**, através da Renova e seus Programas, venham a **custear as políticas públicas** que foram assoberbadas por problemas causados pela imperícia e imprudência das empresas, que cada vez mais são unanimemente consideradas criminosas. Para isto, temos que levar nossas reivindicações às prefeituras e às CTs. Temos que provocar a articulação entre as prefeituras e os Programas do TTAC.

Estes Programas foram elaborados sem a participação dos atingidos e o TAC gov coloca a possibilidade de serem revisados e repactuados. Como pensar a **repactuação dos programas** atendendo às demandas dos atingidos?

Quais as estratégias prioritárias para cada município ou grupo?

Para saber mais

Instituto Jones dos Santos Neves: <http://www.ijns.es.gov.br>

MPF. Força tarefa Rio Doce: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf>

NUDAM - <http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/tag/nudam>

GIRD - Grupo interdefensorial do Rio Doce: <http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/grupo-interdefensorial-do-rio-doce-gird>

ONU - <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>

Prefeitura Municipal de Colatina - www.colatina.es.gov.br

Prefeitura Municipal de Linhares - <http://legislacaocompilada.com.br/linhares>

Prefeitura Municipal de São Mateus - www.saomateus.es.gov.br/secretaria

Prefeitura Municipal de Serra - www.serra.es.gov.br/site

Prefeitura Municipal de Vitória - <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao>

Para conversar na comunidade

1. Identifique junto à comunidade os principais problemas no trabalho e geração de renda.
2. Explore soluções concretas que possam melhorar as condições socioeconômicas.
3. A quem se deve reivindicar soluções para os problemas socioeconômicas?
4. Como conectar-se com órgãos públicos, autoridades e sociedade civil que possam ser aliados nesta questão? Existem ONGs que tratam de desenvolvimento econômico sustentável? Existem formas de atuação conjunta?

Expediente

Coordenação Editorial: Maria do Carmo Albuquerque e Ana Paula Galdeano | **Textos:** Maria do Carmo Albuquerque

Colaboração: Ana Paula Galdeano, João Paste, Marta Zorzal e Rodrigo Dresch. **Design Gráfico:** Monique Schenkels

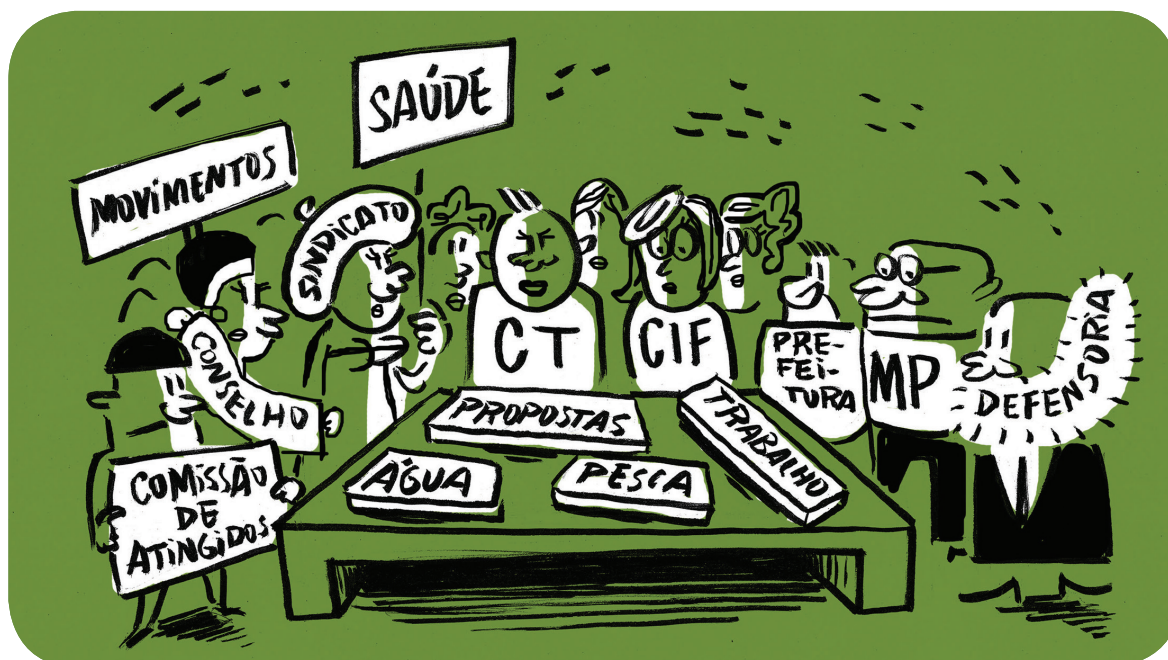
Ilustração: Caco Galhardo

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



PARA ALÉM DE DIZER NÃO: COMO CONSTRUIR MUDANÇAS?

Elaborando nossas propostas para abrir portas



Para aquecer a conversa:

Há mais um ano estamos participando do **ComRioComMar Opinião Popular**. Em 4 Oficinas estudamos os impactos do desastre-crime da Samarco sobre a saúde, o meio ambiente, a economia e o desenvolvimento das comunidades atingidas. Tivemos cada vez mais representantes, mais comunidades presentes. **Conhecemos e conversamos com técnicos**, aprendemos quais são os Programas propostos para alcançar a meta da reparação integral. Levamos estes conhecimentos para as comunidades e debatemos com as pessoas atingidas sobre os problemas sentidos por elas e suas propostas.

Agora vamos dar um passo a mais: **qualificar nossas propostas** para construir **acessos** e abrir portas para conquistá-las.

Qualificar propostas, construir acessos

O desastre-crime da Samarco afeta profundamente as comunidades atingidas e todo o seu modo de vida. A poluição das águas afetou nossa saúde, a água, o meio ambiente e também os nossos meios de geração de renda: houve queda nas atividades de pesca, na agricultura e na criação de animais, assim como no turismo e no movimento dos restaurantes e pousadas.

Durante mais de um ano, através das **votações do ComRioComMar Opinião Popular** (CRCMOP), estamos coletando as propostas das comunidades para a reparação destes impactos. Veja há quanto tempo as comunidades estão participando:

Município	Urna	Início da votação	Tempo de votação
Serra	ASPEJ: Associação dos Pescadores de Jacaraípe	Mar/2019	6 meses
Vitória	SINDIPESMES – Sindicato dos pescadores, camaroeiros, marisqueiros do Espírito Santo	Fev/2019	7 meses
Linhares	Degredo/ AMPROD	Jul/2019	1 mês
	Degredo/ ASPERQD	Jul/2019	1 mês
	Regência	Jul/2019	2 meses
	Pontal do Ipiranga	Mar/2019	6 meses
Colatina	Carlos Germano	Mar/2019	3 meses
	IFES Itapina	Mar/2019	6 meses
São Mateus	São Miguel/Ilha Preta	Set/2018	12 meses
	Barra Nova Sul	Set/2018	12 meses
	Guriri	Jan/2019	8 meses
	Barra Nova Norte	Jul/2019	2 meses
	Urussuquara	Jul/2019	1 mês
	Campo Grande	Jul/2019	2 meses
	Gameleira	Mai/2019	4 meses



No **Jornal** de setembro vemos que as propostas mais votadas se focam em alguns temas principais. O gráfico mostra que já temos 8108 votos. Temos 2371 votos em propostas sobre Água e Meio Ambiente (29% do total); 1717 votos (21% do total) em propostas para a Saúde, 1047 votos (13% do total) em propostas para a **Pesca e agricultura**, 894 votos (11% do total) sobre **outras formas de geração de renda**, incluindo o **turismo**. As propostas para o reconhecimento das comunidades e **indenizações** receberam 521 votos (7% do total). 19% dos votos foram para outros temas.

Podemos então repensar nossas prioridades qualificando nossas reivindicações nestas 5 áreas. Em cada uma delas vamos analisar as listas de propostas que nos chegaram. Vamos reunir e aglutinar o que se repete e começamos a trabalhar na qualificação e elaboração de propostas consolidadas.

Vamos relacionar as propostas com o que está proposto nos **Programas** do TTAC, analisando o quanto eles atendem ou não as reivindicações. Vamos analisar o que é **essencial** em cada tema e qual o grau de **especificidade** necessário em cada proposta. Chegaremos assim a algumas propostas mais **qualificadas** em cada tema, a serem apresentadas para o Sistema CIF (que inclui o CIF, as CTs e a Fundação Renova) e poderão contribuir para a **repack-tuação dos Programas**, que está agendada pelo TAC GOV. Elas serão levadas para votação nas comunidades pelos próximos 3 meses e poderão gerar documentos para reivindicar e negociar com os órgãos públicos, conforme as estratégias escolhidas em cada comunidade.

Na próxima Oficina nos reuniremos para avaliar a reação das comunidades e para especificar as propostas para cada município.

Qualificando nossas propostas vamos fortalecê-las e construir canais de acesso às autoridades com quem teremos de negociar.

Em que portas bater?

Em que portas podemos bater para reivindicar nossas propostas? Que canais de **acesso** podemos construir para conseguir resultados? Quem tem responsabilidade pela recuperação da região atingida? Podemos identificar três arenas, ou espaços, que compartilham essa responsabilidade:

Por um lado, a garantia dos **direitos sociais** é responsabilidade do **poder público**, como aponta a Constituição Federal:

*Art. 6º São **direitos** sociais a educação, a **saúde**, a **alimentação**, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a Segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a **assistência aos desamparados**, na forma desta **Constituição**.*

As políticas que devem garantir estes direitos são implementadas por órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Eles formam uma **arena responsável pelas políticas**



públicas composta por instituições voltadas à regulação e produção de políticas na área ambiental, de saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc. São Ministérios, Secretarias, autarquias, casas legislativas, poder Judiciário, Ministério e Defensoria Públicos, além das instituições participativas como comissões, conselhos gestores de políticas públicas e comitês de bacia hidrográfica.

Mas estas instituições não garantem efetivamente os objetivos expressos na nossa Constituição. Além disso elas são totalmente insuficientes frente ao volume avassalador dos impactos causados pelo rompimento da barragem. Daí decorre a obrigação das mineradoras de assumir a responsabilidade de mitigar, compensar e reparar os danos decorrentes da tragédia, conforme definida pelos acordos. O TTAC, em 2016, define responsabilidades para a “compensação pelos impactos” e para a “reparação **integral** das **condições socioeconômicas** da região” (ver p. 2). Ele definiu uma **estrutura de governança do desastre** – o **Sistema CIF**. O TTAC definiu também as diretrizes que geraram os 42 Programas que devem ser executados pela Fundação Renova e monitorados pelo CIF através de suas Câmaras Técnicas (CTs).

Também na **arena de governança do desastre** temos, a partir do TAC GOV (2018), espaços para a participação das pessoas atingidas, destacando-se a criação das Comissões Locais e Regionais, das Assessorias Técnicas e do “orçamento atingido”. Também foram ampliadas as possibilidades de participação nas CTs e outros órgãos colegiados.

Assim, a **sociedade civil** se constitui em uma **terceira arena** que também participa das decisões sobre a reparação do desastre - crime da Samarco. As pessoas atingidas podem participar de **instituições participativas das políticas públicas** como conselhos e comitês de bacia, de Audiências Públicas com a presença de promotores, defensores, deputados etc. A sociedade civil também participa através de seus próprios espaços autônomos como movimentos sociais, sindicatos, pastorais, ONGs, que atuam através de protestos, manifestações, encontros, abaixo assinados e muitas outras formas de luta.

A luta dos atingidos deve então bater nas PORTAS representadas pelo **Sistema CIF**, e também pelos **órgãos públicos** (executivo, legislativo, judiciário, Ministério e Defensoria públicos, nas esferas federal, estadual e municipal), que são responsáveis pelas políticas públicas de garantia de direitos.

Construindo acessos

Vemos então que temos 3 tipos de acessos ou **portas de entrada** pelas quais nossas reivindicações e propostas podem entrar e conseguir obter os resultados que queremos.

PESCA E AGRICULTURA	
Arena de governança do desastre Sistema CIF	Arena da política pública
<ul style="list-style-type: none"> • CIF • CT EI: Câmara Técnica de Economia e Inovação • GT Pesca: Grupo Técnico de Pesca e Aquicultura • P. 16: Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras - Retorno da atividade pesqueira, superação das limitações e restrições ao exercício da pesca; identificar e viabilizar novas atividades econômicas e produtivas • P. 17: Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias: Retomada das atividades agropecuárias nos estabelecimentos rurais impactados 	<ul style="list-style-type: none"> • MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento • SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca, do MAPA • SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca • BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A • IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo • Secretarias Municipais de Agricultura, Aquicultura, Pecuária e Abastecimento • Comissões Legislativas • Sistema de Justiça
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	
<p>1. CEDRS-ES - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável 2. CT PDCS – Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social 3. Comissões Locais e Regionais, Assessorias Técnicas 4. Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 5. Movimentos, Fóruns, ONGs, Sindicatos e Associações de pescadores e de produtores</p>	

ÁGUA E MEIO AMBIENTE	
Arena de governança do desastre Sistema CIF	Arena da política pública
<ul style="list-style-type: none"> • CIF • CT SHQA: Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água. • P. 31: Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos, Saneamento básico, • P. 32: Programa de Tratamento de Água e Captação Alternativa • P. 38: Monitoramento da Bacia do Rio Doce • CT Flor • CT Bio • CT Rejeitos 	<ul style="list-style-type: none"> • MMA - Ministério do Meio Ambiente • SEAMA: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos • IEMA: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos • Secretarias Municipais de Meio Ambiente (nomes e abrangências diferentes) • Comissões Legislativas • Sistema de Justiça
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	
<p>1. CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente 2. CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente 3. Conselhos Municipais de Meio Ambiente (nomes e abrangências diferentes) 4. CT PDCS – Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social 5. Comissões Locais e Regionais, Assessorias Técnicas 6. Movimentos, Fóruns, ONGs, Sindicatos e Associações</p>	

INDENIZAÇÕES	
Arena de governança do desastre Sistema CIF	Arena da política pública
<ul style="list-style-type: none"> • CIF • CT OS: Câmara Técnica de Organização Social • P. 1: Programa de Levantamento e cadastro dos impactados: Levantar informações relativas às perdas materiais e impactos nas atividades econômicas, com cadastro individualizado de pessoas físicas e micro e pequenas empresas impactadas • P. 2: Programa de Ressarcimento e indenização dos impactados: Ressarcimento às pessoas físicas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais, lucro cessante e/ou morais ou perdas em suas atividades econômicas • P. 5: Programa de Proteção social: Ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e ações de apoio psicossocial, visando a promoção da proteção social • P. 21: Programa de Auxílio financeiro emergencial: direcionado à população impactada e que tenha tido comprometimento de sua renda pela interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Cidadania • Secretaria Especial do Desenvolvimento Social • SETADES – Secretaria Estadual de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social • Secretarias Municipais de Assistência Social, Trabalho e Cidadania (possuem nomes diferentes em cada Município) • Comissões Legislativas • Sistema de Justiça
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	
1. CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social 2. CONSEA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar 3. Conselhos Municipais de Assistência Social 4. Comissões Municipais do Bolsa Família 5. CT PDCS – Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social 6. Comissões Locais e Regionais, Assessorias Técnicas 7. Movimentos, Fóruns, ONGs, Sindicatos e Associações	

SAÚDE	
Arena de governança do desastre Sistema CIF	Arena da política pública
<ul style="list-style-type: none"> • CIF • CT Saúde: Câmara Técnica de Saúde • P 14: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada: Atividades de apoio à saúde física e mental dos impactados e estudos epidemiológicos e toxicológico, avaliar riscos e correlações decorrentes do rompimento • Identificar e monitorar os problemas de saúde e situações de risco decorrentes do rompimento da barragem; • Definir e implementar, em conjunto com o Poder Público, ações de enfrentamento dos problemas de saúde relacionados ao rompimento da barragem 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde • Secretaria Estadual de Saúde • Secretarias Municipais de Saúde • Comissões Legislativas • Sistema de Justiça
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	
1. Conselhos e conferências de saúde (nacional, estadual, municipais) 2. Comissão Locais e Regionais 3. Assessorias Técnicas 4. CT PDCS 5. Pastoral da Saúde 6. Movimentos, sindicatos, Fóruns, ONGs	

TRABALHO E RENDA	
Arena de governança do desastre Sistema CIF	Arena da política pública
<ul style="list-style-type: none"> • CIF • CT EI: Câmara Técnica de Economia e Inovação • P. 18: Programa de Diversificação e Recuperação da Economia Regional • P. 19: Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios no Setor de Comércio, Serviços e Produtivo • P. 20: Programa de Estímulo à Contratação Local • CT ECLET: Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo • P. 12: Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística • P. 13: Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer • P. 33: Educação ambiental (desenvolvimento de capacidades com as pessoas e comunidades). 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministérios da Economia (Planejamento, Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços, do Trabalho e Previdência Social), do Turismo; do Desenvolvimento Regional • Secretarias Estaduais • SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento • SETUR - Secretaria de Estado de Turismo • BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A • ADERES - Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo • INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural • IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. • Comissões Legislativas • Sistema de Justiça
ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	
<p>1. CET - Conselho Estadual do Trabalho 2. CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável 3. CT PDCS – Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social 4. Comissões Locais e Regionais, Assessorias Técnicas 5. Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 6. Movimentos, Fóruns, ONGs, Sindicatos e Associações de pescadores e de produtores</p>	

Estratégias de construção de Acessos às autoridades

As comunidades atingidas pelo crime da Samarco vêm lutando por seus direitos desde 2015. Sem esta luta não haveria conquistas, nem mesmo as conquistas limitadas que foram alcançadas. Duas propostas se destacaram até aqui: o reconhecimento dos pescadores e camaroeiros de Vitória, Jacaraípe e de São Mateus como atingidos, bem como a participação na governança do desastre, que foi ampliada pelo TAC gov.

Para que estas vitórias fossem alcançadas houve muita pressão e negociação entre Sociedade e Estado. Algumas organizações e instituições foram essenciais para construir **acesso** às autoridades e alcançar estes resultados. Por um lado, o MAB e o FCRD. Por outro, alguns defensores (DP) e promotores públicos (MP). Através de pressão e negociação eles **construíram o acesso** às autoridades e mudanças nos acordos e normas. Também deputados têm sido acionados: no momento temos uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre a Renova, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. É uma via de mão dupla: técnicos e atingidos estão agindo para construir estes aces-

sos. Mais recentemente novos acessos vêm sendo construídos: os atingidos estão construindo as Assessorias Técnicas, as Comissões Locais e participando de reuniões das CTs, do CIF e da Renova.

O **ComRioComMar Opinião Popular** é uma metodologia participativa que se soma a esta luta. As reuniões e votações do POP geram mobilização e propostas. As propostas são qualificadas nas Oficinas, através do diálogo entre os atingidos e os técnicos.

É essencial que **os recursos das mineradoras**, por meio da Renova e dos Programas do TTAC, venham a **custear as políticas públicas, disponibilizando recursos humanos e financeiros** para os órgãos públicos que foram assoberbadas por problemas causados pela imperícia e imprudência das empresas, que cada vez mais unanimemente são consideradas criminosas.

As propostas elaboradas pelos atingidos deveriam ser contempladas pelos Programas definidos no TTAC, mas eles foram elaborados sem a participação dos atingidos, isto é, sem nenhuma consulta prévia sobre suas demandas e direitos. Diante disso os atingidos se mobilizaram, construíram alianças com o Ministério Público e Defensorias Públicas e se chegou a novos acordos, com novas possibilidades participativas. Instituiu-se o fórum de observadores, a obrigatoriedade de audiências públicas e consultas prévias, bem como a obrigatoriedade de constituir Assessorias Técnicas para as pessoas atingidas. O TAC gov coloca a possibilidade destes Programas serem revisados e repactuados. Como pensar a **repactuação dos programas** atendendo às demandas dos atingidos?

Nesta Oficina e nos próximos meses vamos consolidar e qualificar nossas propostas no nível estadual, levando-as às CTs, ao CIF, Renova, órgãos estaduais e federais. Vamos pensar **estratégias de acesso, reivindicação e negociações** junto a estes órgãos.

A partir da próxima oficina vamos pensar quais as estratégias prioritárias para cada município. Temos que provocar a articulação entre as prefeituras e os Programas do TTAC.

Para conversar na comunidade

1. Explique à comunidade como foram elaboradas as novas propostas e converse sobre elas
2. Explique que todos podem votar nas novas propostas e também naquelas que continuam prioritárias.
3. Promova muitas votações para reforçar as propostas prioritárias
4. Converse sobre estratégias para levar as propostas às autoridades

Expediente

Coordenação Editorial: Maria do Carmo Albuquerque e Ana Paula Galdeano **Textos:** Maria do Carmo Albuquerque

Colaboração: Ana Paula Galdeano, Monnique Greice Malta Cardoso, Marta Zorzal **Design Gráfico:** Monique Schenkels **Ilustração:** Caco Galhardo

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

